



FERNANDO MÂNICA

INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

UM GUIA PARA COMPREENDER AS DENOMINAÇÕES, FORMAS JURÍDICAS E CERTIFICAÇÕES DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL

Prefácio

Luiz Edson Fachin

É o Terceiro Setor, formado por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e autônomas, essencial para a consecução de tarefas de interesse público impostas ao Estado pela própria Constituição Federal.

Com clareza e profundidade, Fernando Manica apresenta cada uma das instituições que integram o Terceiro Setor, expondo, de forma sistemática, a conceituação, o funcionamento e as formas de extinção das Associações, Fundações Privadas, Organizações Religiosas, Partidos Políticos, Cooperativas e Organizações Estrangeiras.

O autor identifica a importância destas instituições no âmbito da sociedade, descortinando ao público, com uma análise percuciente, todas as formas de disciplina jurídica que podem ter as instituições na consecução de atividades de interesse público, dentre as quais aquelas que são de Utilidade Pública, Beneficentes de Assistência Social, Organização Social (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Por tudo, a obra *Instituições do Terceiro Setor* é verdadeiro guia para todos os gestores públicos e sociais, os quais são responsáveis por contribuir na efetivação de um Estado Democrático de Direito capaz, junto à sociedade, de promover o resgate da cidadania.

José Eduardo Sabo Paes

Procurador de Justiça do MPDFT. Pós Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos (IGC) - Coimbra, Portugal.

Área específica

DIREITO PÚBLICO.

Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO; DIREITO CIVIL;
TEORIA GERAL DO DIREITO; DIREITO
CONSTITUCIONAL; DIREITO DO TERCEIRO
SETOR.

Público-alvo/consumidores

PROFESSORES DE DIREITO, ALUNOS DE
GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO, GESTORES PÚBLICOS, ÓRGÃOS
DE CONTROLE, MINISTÉRIO PÚBLICO E
MAGISTRATURA.

2

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003179

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M278i	Mânica, Fernando
	Instituições do Terceiro Setor / Fernando Mânica. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 174p. ; 14,5cm x 21,5cm. – (Coleção Fernando Mânica de Direito do Terceiro Setor ; v.2)
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-312-2
	1. Direito. 2. Direito Público. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Civil. 5. Teoria Geral do Direito. 6. Direito Constitucional. 7. Direito do Terceiro Setor. I. Título. II. Série.
	CDD 341 CDU 343
2021-4295	

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
MÂNICA, Fernando. *Instituições do Terceiro Setor: um guia para compreender as denominações, formas jurídicas e certificações das entidades sem fins lucrativos no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 174p. ISBN 978-65-5518-312-2.

Fernando Mânica

Doutor em Direito pela USP. Mestre em Direito pela UFPR. Pós-graduado em Terceiro Setor pela FGV-SP. Fundador do “Portal das OS”. Coordenador da 3COMPLY – Consultoria e Treinamento em Conformidade no Terceiro Setor. Professor do mestrado profissional da Universidade Positivo. Membro da Asociación Internacional de Derecho Administrativo (AINDA). Certificado em Gestão de Projetos na Saúde pelo Hospital Albert Einstein. Certificado em Análise de Custos e Benefícios na Saúde pela Harvard School of Public Health. Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/PR. Advogado e Procurador do Estado.

PREFÁCIO

Luiz Edson Fachin 11

INTRODUÇÃO..... 15

CAPÍTULO 1

CONCEITOS OPERACIONAIS BÁSICOS 19

1.1	Sociedade civil e terceiro setor.....	20
1.2	Organizações não governamentais e terceiro setor.....	22
1.3	Expressões que indicam formas jurídicas.....	24
1.3.1	Pessoas jurídicas sem fins lucrativos.....	25
1.3.1.1	Associações.....	25
1.3.1.2	Fundações.....	26
1.3.1.3	Organizações religiosas.....	26
1.3.1.4	Partidos políticos.....	26
1.3.2	Pessoas jurídicas com fins lucrativos.....	27
1.3.2.1	Sociedades simples.....	27
1.3.2.2	Sociedades empresárias.....	27
1.3.2.3	Empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI).....	28
1.3.2.4	Sociedades limitadas unipessoais (SLU).....	28
1.3.3	Cooperativas.....	28
1.3.3.1	Sociedades cooperativas.....	29
1.3.3.2	Cooperativas sociais.....	29
1.3.3.3	Cooperativas de Trabalho.....	29
1.4	Expressões que indicam títulos, certificados e qualificações.....	30
1.4.1	Utilidade Pública.....	31
1.4.2	Entidade Beneficente de Assistência Social – EBAS.....	31
1.4.3	Organização Social – OS.....	32
1.4.4	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.....	33
1.4.5	Organizações da Sociedade Civil – OSC.....	34
1.5	Denominações usadas pela Constituição e pela lei.....	35
1.5.1	Instituições de educação e de assistência social.....	35
1.5.2	Entidades beneficentes de assistência social.....	35
1.5.3	Entidades filantrópicas.....	36
1.5.4	Sindicatos.....	37
1.5.5	Federações e confederações.....	37
1.5.6	Ligas, clubes e agremiações.....	38
1.5.7	Redes.....	39
1.5.8	Entidade mantenedora e entidade mantida.....	39
1.6	Expressões desprovidas de conteúdo técnico-jurídico.....	40
1.6.1	Setor sem fins lucrativos.....	41
1.6.2	Setor voluntário.....	41
1.6.3	Setor independente.....	41
1.6.4	Setor livre de impostos.....	42
1.6.5	Setor de caridade.....	42
1.6.6	Setor público não estatal.....	42
1.6.7	Setor 1,5 (um e meio).....	43
1.6.8	Entes de colaboração.....	43
1.6.9	Movimentos sociais.....	44
1.6.10	Economia social.....	44
1.6.11	Economia solidária.....	45
1.6.12	Setor econômico terciário.....	46
1.6.13	Setor econômico terciário superior ou quaternário.....	47
1.6.14	Setor econômico 2,5 e quarto setor.....	47
1.6.15	Empresas sociais.....	48
1.6.16	Responsabilidade social empresarial ou corporativa.....	48
1.6.17	ESG – Environmental, Social and Corporate Governance.....	49

CAPÍTULO 2

FORMAS JURÍDICAS	51
2.1 Associações.....	52
2.1.1 Constituição.....	54
2.1.2 Estatuto	55
2.1.2.1 Denominação	56
2.1.2.2 Finalidade	56
2.1.2.3 Sede e filiais.....	57
2.1.2.4 Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados	57
2.1.2.5 Direitos e deveres dos associados.....	58
2.1.2.6 Fontes de recursos para manutenção da associação.....	59
2.1.2.7 Constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos	60
2.1.2.8 Gestão administrativa e aprovação das contas.....	60
2.1.2.9 Alteração do estatuto e dissolução da associação	62
2.1.3 Regime jurídico dos dirigentes: responsabilidade e remuneração.....	63
2.2 Fundações privadas	65
2.2.1 Constituição.....	65
2.2.2 Estatuto	66
2.2.2.1 Finalidades	67
2.2.2.2 Órgãos.....	68
2.2.2.3 Dirigentes	69
2.2.2.4 Patrimônio.....	69
2.2.2.5 Dissolução.....	70
2.2.3 Velamento pelo Ministério Público	71
2.3 Organizações religiosas.....	72
2.3.1 Constituição.....	73
2.3.2 Estatuto	74
2.3.3 Finalidades.....	74
2.3.4 Dissolução.....	75
2.3.5 Acordo Brasil e Santa Sé	75
2.4 Partidos políticos.....	76
2.4.1 Constituição.....	77
2.4.2 Estatuto	79
2.4.3 Órgãos.....	80
2.4.4 Finalidades.....	80
2.4.5 Dissolução.....	80
2.5 Cooperativas.....	81
2.5.1 Constituição.....	81
2.5.2 Estatuto	82
2.5.3 Órgãos.....	83
2.5.4 Finalidades.....	84
2.5.5 Dissolução.....	84
2.5.6 Cooperativas sociais	85
2.6 Organizações estrangeiras	86

CAPÍTULO 3

TÍTULOS, CERTIFICADOS E QUALIFICAÇÕES LEGAIS.....	89
3.1 Paraestatais	91
3.1.1 Serviços sociais autônomos: o 'Sistema S'	93
3.1.2 Serviços sociais autônomos impróprios.....	98
3.2 Entidades de Utilidade Pública	103
3.2.1 Importância histórica.....	104
3.2.2 Utilidade pública nos Estados e Municípios.....	106
3.3 Entidades Beneficentes de Assistência Social – EBAS.....	107
3.3.1 Histórico	107
3.3.2 Conceito	109
3.3.3 Disciplina legal.....	110
3.3.4 Autoridade certificadora e áreas de atuação	110
3.3.5 Entidades que podem receber o título	111
3.3.6 Requisitos legais	111
3.3.6.1 Requisitos específicos para entidades de saúde.....	113
3.3.6.1.1 Entidades prestadoras de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS)	113
3.3.6.1.2 Entidades prestadoras de serviços gratuitos.....	114
3.3.6.1.3 Entidades de promoção à saúde.....	115
3.3.6.1.4 Entidades de excelência em saúde	115
3.3.6.2 Requisitos específicos para entidades de educação.....	116
3.3.6.3 Requisitos específicos para entidades de assistência social.....	118

3.3.7	Procedimento para certificação e renovação do certificado.....	120
3.3.8	Requisitos da imunidade tributária e remuneração de dirigentes....	121
3.3.9	Fiscalização e controle	123
3.4	Fundações de apoio.....	125
3.4.1	Histórico	125
3.4.2	Disciplina legal	127
3.4.3	Fiscalização e controle	128
3.5	Organizações Sociais (OS).....	129
3.5.1	Contratos de Gestão com Organizações Sociais.....	129
3.5.2	Origem: o Plano Diretor de Reforma do Estado brasileiro	130
3.5.3	Disciplina legal	135
3.5.4	Entidades que podem receber o certificado	136
3.5.5	Requisitos legais.....	137
3.5.6	Conselho de Administração.....	138
3.5.7	Benefícios.....	140
3.5.8	Autoridade, processo e natureza vinculada do ato de certificação...	140
3.5.9	Cassação do certificado.....	142
3.5.10	Diferenças entre o modelo federal e os modelos estaduais e municipais de OS.....	143
3.6	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.....	145
3.6.1	Origem: o Conselho de Comunidade Solidária	145
3.6.2	Disciplina legal.....	146
3.6.3	Vedações legais.....	147
3.6.4	Requisitos gerais para certificação.....	148
3.6.4.1	Áreas e modos de atuação	150
3.6.4.2	Exigências estatutárias	152
3.6.5	Possibilidade de participação de servidores públicos.....	153
3.6.6	Autoridade certificadora e natureza do ato de certificação	153
3.6.7	Procedimento de certificação	153
3.6.8	Fiscalização, controle e perda da certificação	155
3.6.9	Proibição de cumulação de certificados	155
3.6.10	Benefícios decorrentes do título de OSCIP: o Termo de Parceria.....	156
3.7	Organizações da Sociedade Civil – OSC.....	157
3.7.1	Todas as entidades beneficentes de assistência social, as Organizações Sociais e as OSCIPs são OSCs.....	159
3.7.2	Origem: CPIs das ONGs e plataforma MROSC	159
3.7.3	Alterações durante o período de <i>vacatio legis</i>	161
3.7.4	Natureza, fundamento e aplicabilidade da Lei nº 13.019/14.....	161
3.7.5	A extinção dos convênios e a inaplicabilidade da lei de licitações....	164
3.7.6	Âmbito de incidência e aplicabilidade subsidiária da Lei nº 13.019/14 às demais parcerias com o terceiro setor.....	165
3.7.7	Os Termos de Colaboração e de Fomento e os Acordos de Cooperação	166
3.7.8	OSCs que possuem finalidade pública e benefícios decorrentes.....	167
	REFERÊNCIAS.....	171